

No mês de junho de 2018, o resultado primário do governo central foi um déficit de R\$ 16,4 bilhões, valor 17,2% inferior ao déficit primário de R\$ 19,8 bilhões no mesmo mês do ano passado. Esse resultado veio em linha com a mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, que sinalizava um resultado deficitário de cerca de R\$ 15,4 bilhões para o mês.

A redução no déficit primário neste mês relativamente a junho de 2017 decorreu de mudanças do lado da despesa uma vez que as receitas se mantiveram praticamente estáveis, em termos reais. Comparando junho de 2018 contra o mesmo mês do ano passado, a receita administrada teve crescimento real de 0,4% e a receita não administrada decréscimo real de 0,7%, sendo esta última influenciada pelo fato de que o pagamento de dividendos do BNDES, ocorrido em junho de 2017, foi antecipado para maio no ano de 2018. As transferências por repartição de receita, por sua vez, apresentaram crescimento real de 8,4%, refletindo a reclassificação, realizada pela RFB em maio, de resíduo do estoque de parcelamentos especiais não reclassificados em novembro de 2017 (ver relatórios de nov/2017 e dez/2017) – essa reclassificação afetou positivamente as transferências de junho. Dessa forma, a receita líquida do governo central totalizou R\$ 88,3 bilhões em junho de 2018, um crescimento nominal de R\$ 1,7 bilhão ante 2017, equivalente a uma redução real de 2,3%.

Do lado da despesa, observou-se em junho queda de R\$ 1,2 bilhão ante o mesmo mês do ano anterior (queda real de 5,3%). Destaca-se, novamente, que o pagamento de precatórios e sentenças judiciais neste ano foram antecipados para março e abril, enquanto que em 2017 esse pagamento foi realizado nos meses de maio e junho. Caso fosse desconsiderada a antecipação do pagamento de precatórios, as despesas teriam crescido R\$ 5,0 bi na comparação jun/18 contra jun/17 (aumento real de 4,5%). Esse efeito já havia sido repetidamente anunciado pelo Tesouro e não afetará mais as análises comparativas nos meses subsequentes.

Destaque-se ainda, como divulgado anteriormente pelo Tesouro Nacional, o resgate do saldo remanescente do Fundo Soberano, no valor de R\$ 521 milhões, que contribuiu positivamente para o resultado do mês.

Com esse resultado deficitário no mês de junho, o resultado acumulado no ano totaliza um déficit primário de R\$ 32,9 bilhões, ante R\$ 56,5 bilhões no mesmo período do ano passado, uma queda real de 43,9%. No acumulado de doze meses, o déficit primário somou R\$ 100,7 bilhões (1,5% do PIB), ante a meta de R\$ 159,0 bilhões (2,2% do PIB) para 2018, o que indica que a situação fiscal de curto prazo está em linha com a meta de resultado primário do governo central para o ano.

Neste mês de junho o governo federal realizou a terceira reavaliação bimestral da programação orçamentária e financeira, conforme disposto pelo artigo 9º da LRF. Nesta reavaliação, a projeção das despesas obrigatórias para o ano aumentou em R\$ 8,8 bilhões devido, principalmente, à incorporação da despesa decorrente do programa de subsídios ao

diesel. Por outro lado, a projeção da receita líquida do governo central aumentou em R\$ 3,2 bilhões em decorrência, em grande medida, da boa performance das receitas administradas pela RFB até junho e do efeito da elevação da estimativa do preço do barril de petróleo no mercado internacional nas receitas de royalties.

Assim, conforme sinalizado anteriormente pelo Tesouro Nacional, o resultado deficitário de R\$ 152,8 bilhões constante da última programação financeira de maio foi ampliado para R\$ 157,2 bilhões, valor mais próximo da meta de déficit de R\$ 159 bilhões.

Nesta análise da situação fiscal de curto prazo, é importante lembrar que os ministérios vêm executando despesas em montantes inferiores às liberações financeiras realizadas pelo Tesouro Nacional. Essa diferença totaliza valor próximo de R\$ 12,7 bilhões até junho. Esses recursos não estão pendentes de liberação pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o seu efetivo pagamento (ou não) depende apenas de cada ministério setorial. Se essas despesas não forem pagas no exercício fiscal corrente isso se transformará em excesso de meta de resultado primário.

Há, ainda, demanda dos ministérios por liberação extra de recursos até o final do exercício, em especial liberação de limite de pagamento para despesas discricionárias. A despesa primária discricionária projetada para este ano na programação financeira de junho é de R\$ 127,7 bilhões, mesmo patamar da despesa discricionária de 2009, em termos reais.

Em resumo, o resultado primário do governo central em junho foi em linha com a programação financeira e com as expectativas de mercado. A reavaliação bimestral da programação orçamentária e financeira apontou resultado do governo central para o ano próximo da meta de déficit de R\$ 159 bilhões, apontou excesso de superávit primário dos governos subnacionais (em relação a sua meta) da ordem de R\$ 9,3 bilhões, e excesso de resultado primário das empresas estatais federais (em relação a sua meta) da ordem de R\$ 3,5 bilhões. Dessa forma, o resultado primário do setor público poderá ser R\$ 12,8 bilhões melhor que a meta de déficit de R\$ 161,3 bilhões estabelecida na LDO-2018 (resultado melhor das estatais federais e dos entes subnacionais). Adicionalmente, ressalta-se, como destacado anteriormente, que os ministérios vêm realizando pagamentos em montantes inferiores às liberações financeiras realizadas pelo Tesouro Nacional, atualmente no montante de R\$ 12,7 bilhões. Se essas despesas não forem pagas no exercício fiscal corrente isso se transformará, também, em excesso de meta de resultado primário do setor público (neste caso o excesso se dará no governo central).